



A VOZ ROUCA

que não se cala

#5

A Voz Rouca

Depois da greve, não podemos tolerar o assédio e retaliações!

Se no dia 28 nós mostramos a força que os trabalhadores das escolas tem quando se unem, agora não podemos perder a organização que conquistamos. Passada a greve, em muitos colégios os patrões e diretorias estão tentando desarticular os professores e demais funcionários, usando como armas o assédio moral e a ameaça de descontar o ponto para criar medo e divisões.

Assédio moral é crime e deve ser denunciado. Só com a nossa organização coletiva podemos frear represálias! Nesta edição d'A Voz Rouca, reunimos depoimentos de casos absurdos de assédio. Se estiver enfrentando situações parecidas em seu colégio, denuncie também!



Denúncias de assédio

Noite do pijama

Além da pressão sobre os professores e da ameaça de desconto das aulas e do descanso remunerado pela falta no dia 28, a direção de um colégio resolveu fazer uma "Noite do Pijama" diferente. Convidou todos os funcionários para dormir na escola, dizendo que seria divertido e teria até pizza. Detalhe: não tinha cama, só colchonete.

Interrogatório

Não contente em ameaçar toda a equipe repetidamente, a direção de um colégio interrogou diretamente os professores, em uma reunião pedagógica, sobre qual tinha sido o voto de cada um na assembleia que decidiu parar no dia 28. Só a união dos professores pode neutralizar esse tipo de coação criminoso, que individualiza uma decisão coletiva e quebra o sigilo da votação, contribuindo para dividir a equipe.

Quem assedia quem?

Em outras escolas, a direção incentivou professores reticentes à greve a afirmar que foram "assediados" pelos colegas para paralisar. Quer dizer que agora uma decisão coletiva, discutida entre colegas e votada em assembleia, se transformou em "coação"? As mesmas direções que são especialistas em assediar tentam inverter o sentido da palavra: é inadmissível comparar a luta dos trabalhadores com o terrorismo dos patrões, que tem o poder de demitir.

"Parabéns por trabalhar na greve!"

Numa escola tida como progressista da Zona Oeste, a participação dos professores na greve do dia 28 foi fortemente dificultada não apenas pela mantenedora, mas também pela direção e coordenação. Vários "avisos" individuais foram feitos para pressionar professores, auxiliares e funcionários a ir trabalhar de táxi e de carona; proibiu-se a realização de uma assembleia dentro colégio; e, no dia 28, membros do alto escalão circularam pelos corredores do colégio parabenizando quem foi trabalhar. Ainda que não tenha havido uma decisão em bloco pela paralisação, esses ataques fizeram com que os professores comesçassem a se articular melhor e comesçassem, aos poucos, a se colocar como coletivo.

Pelo cano do esgoto

Em algumas escolas, os gestores têm procurado dividir o corpo docente aproveitando "vazamentos" de materiais que circulavam em discussões internas de professores. Nesse caso, cabe perguntar como a direção teve acesso a estas informações quando elas ainda não eram públicas e nem mesmo inteiramente aprovadas. Certamente não foi por um meio legal e eticamente razoável..

"Juntos na alegria, na saúde, no trabalho"

Era exatamente isso que estava escrito na camiseta que um colégio distribuiu para seus funcionários usarem no dia 28. Na véspera, todos foram coagidos a não faltar.

Relato de uma escola de bairro

A primeira dificuldade que eu vejo como professora de uma “escola de bairro” é a carga de trabalho. Por serem escolas com poucas turmas e baixa remuneração (não recebemos por janelas, por exemplo), os professores acabam trabalhando em mais de uma escola, ou se virando com outros “bicos”. Alguns professores dão aula também na rede municipal ou estadual, o que pode significar uma carga de 40 a 50 horas-aula semanais, sem contar as atividades não remuneradas feitas em casa, como correções e planejamentos.

A segunda dificuldade é a falta de espaços de encontro e conversa. Como os professores permanecem poucos dias na escola e não há reuniões pedagógicas semanais, só conversamos durante o intervalo ou na saída, e apenas nos casos em que coincidam nossos dias de aula. Nem mesmo o conselho de classe é feito com todos os professores, só participam os que têm aula no dia.

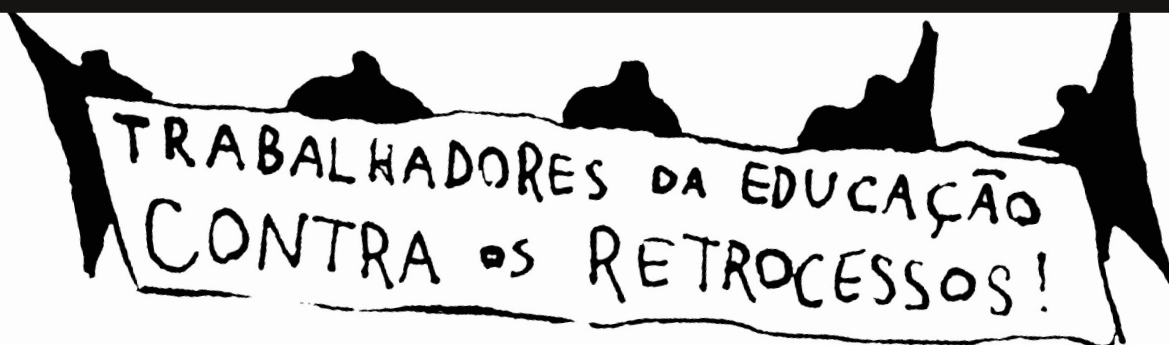
Outra questão importante é o pouco reconhecimento do nosso trabalho, já que em todas estas escolas se adota material apostilado.

Com essa rotina de trabalho exaustiva, isolada e pouco valorizada, é difícil que os professores de escolas como a minha tenham ânimo, interesse ou mesmo coragem para refletir, discutir e se reunir fora do horário de trabalho. No entanto, mesmo que na minha escola os trabalhadores ainda não tenham se mobilizado, a conversa com colegas de outras instituições, públicas e particulares, me fez perceber a minha própria condição de trabalho e os abismos entre as escolas públicas, as grandes particulares e as pequenas “escolas de bairro”, sendo estas a maioria das escolas particulares de São Paulo. Essa percepção é muito rica, pois pode nos fortalecer para lutar contra a precarização que já existe e da que está anunciada para um futuro bem próximo..

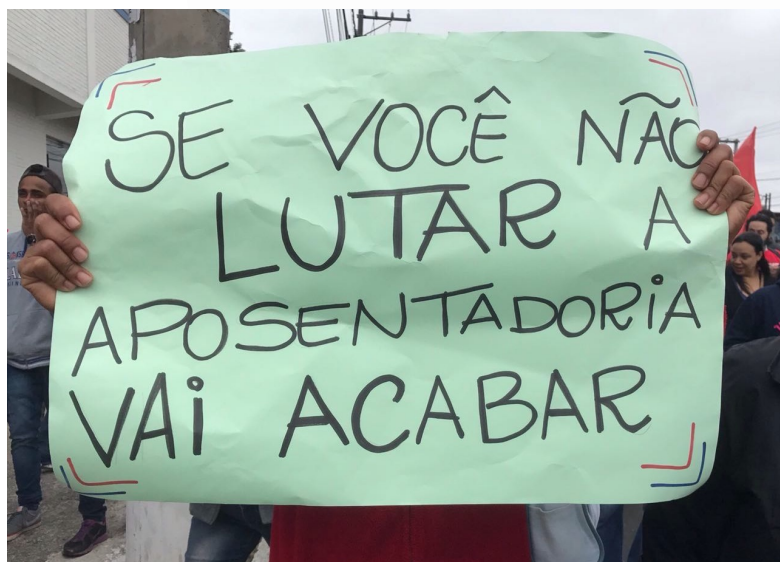
Reposição de aulas e corte de pontos: conheça seus direitos

REPOSIÇÃO: Depois da paralisação do dia 28, é importante que todos fiquem atentos ao que diz a legislação trabalhista e a convenção coletiva na hora de negociar com a instituição as possíveis reposições de aula. **A reposição só é obrigatória caso esse dia implique no não cumprimento dos 200 dias letivos.** Se a reposição for marcada fora do horário de trabalho, **deverá ser paga como hora extra, ou seja, o dobro do valor normal.**

DESCONTO: Com relação ao desconto, não há nada específico na convenção coletiva para caso de greve, o que torna o assunto nebuloso. A legislação trabalhista na lei 7.783/89 garante o direito de greve, o que deve ser interpretado na manutenção do salário. **Se o sindicato preencheu os requisitos para aderir a greve – tanto o Sinpro quanto o Saae e o Senalba preencheram – e ela não foi julgada ilegal, não pode descontar.**



Rede municipal: professores seguem mobilizados



Depois de parar por 16 dias e aderir à greve geral do dia 28 de abril, os professores municipais se mantêm em luta por aumento salarial e contra o Sampaprev e as reformas. O prefeito João Dória tem sido bastante intransigente na negociação com o movimento. Publicou um decreto de reposição dos dias parados que limita a autonomia das escolas na elaboração de seus calendários. Enquanto a mobilização acontecia, o prefeito também fechou salas de leitura, informática e brinquedotecas com o objetivo de ampliar as vagas na educação infantil, impossibilitando o trabalho pedagógico. A prefeitura tem adiado a chamada de aprovados em concurso já homologado, enquanto ainda faltam professores nas escolas e alguns vêm sendo contratados de forma precarizada. Dória ainda insiste em manter o projeto da gestão passada, ligado à reforma, que pretende criar o Regime de Previdência Complementar (Sampaprev) como um fundo baseado na capitalização.